



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIADO MÊS DE FEVEREIRO

Nº 001/2012

Aos dois e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, às 08:30 horas em primeira convocação e às 09:00 horas com qualquer número de Conselheiros presentes, no auditório da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, à Rua Hermes Fontes, nº 315 – Bairro Batel, na cidade de Curitiba/PR, realizou-se a Assembleia Ordinária mensal do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, para a qual os seus componentes foram previamente convocados. Na ocasião fizeram-se presentes os: • **Conselheiros Governamentais:** Carolina Kummer Trevisan (Procuradoria Geral do Estado – PGE), Sandra Regina Costa (Titular - SETI), Delvana Oliveira (Suplente– SEED), Eunícia Aparecida Lohn (Suplente– SEJU), Ana Maria Macedo (Titular – SEDS), Letícia Reis (Suplente – SEDS), Nircélio Zabet (Suplente – SEDS), Carmen Zadra (Suplente – SEDS), Rosalina Bergamo (Suplente – SEDS), Gladys Tortato (Titular – SEDS), Marcela Evangelista (Suplente – SEDS), Larissa Marsolk Tissot (Titular SEDS), Rosangela Heinz Gavinho Ferraz (Titular – SEPL), Marli Aparecida Batista Vaz (Titular - SETS). • **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Titular – Associação de Moradores de Encantado do Oeste), Patrick James Reason (Titular - Associação Beneficente Encontro com Deus), Maria Cecília Monteiro Fantin (Titular -Conselho Regional de Psicologia/Pato Branco), Christina Zehr (Titular – Associação Beneficiária das Senhoras de Entre Rios), Edenilce de Fátima Lima (Titular - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança), Teresinha Maria Wolff (Titular - CRESS), Ana Paula Araújo (Titular – CRESS). **Convidados/Ouvintes:** Rosana Dias de Macedo (SEDS/CPSB), Patrícia França (SEDS/CPSB), Renata M. Dos Santos (SEDS/CGSUAS), Mara Ferreira (SEDS/PSE). A abertura do evento se deu às 09:00 horas sendo a mesa diretiva dos trabalhos ocupada pela Vice-Presidente do CEAS/PR, Conselheira Ana Maria, tendo em vista a ausência justificada da Conselheira Presidente Cássia Mercúrio, atualmente em férias. Saudando os presentes, a Conselheira Ana Maria Macedo concitou a todos para, unidos, enfrentarem os importantes desafios que o ano de 2012 trará, no que se refere ao caminhar da Política. **Apreciação da Pauta.** A própria Vice-Presidente sugeriu a inserção de um item considerado de relevância: “Constituir uma Comissão, com o objetivo de estudar a criação de uma legislação visando o repasse Fundo a Fundo. A Sugestão foi acatada e a pauta foi considerada APROVADA. **Apreciação da Ata de Dezembro/2011.** A Ata foi considerada APROVADA. **Informes da Secretaria Executiva.** 1) Em dezembro de 2011, foi encaminhado a edição especial da Revista APAE, Informativo das APAES do Estado do Paraná, a qual faz uma retrospectiva do I Seminário Municipal de Avaliação do Processo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla da Educação Básica; 2) Em dezembro/2011 a

7
8
9
10
11



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



37 Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, encaminha convite para participação no
38 Seminário Estadual sobre o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná, a ser
39 realizado no dia 15 de dezembro de 2011; 3) Em janeiro de 2012, o SESI encaminhou para o
40 CEAS, exemplares da Revista Observatório da Indústria, as quais encontram-se disponíveis
41 para consulta na Secretaria Executiva dos Conselhos; 4) Em janeiro de 2012, o Conselho
42 Nacional de Assistência Social, encaminha materiais da VIII Conferência Nacional de
43 Assistência Social, a qual foi realizada nos dias 07 a 10 de dezembro de 2011, em Brasília;
44 5) A conselheira Ana Cristina Góes Fuentes, encaminha justificativa de ausência, pois no dia
45 02/02/12 é o dia da sua posse na Prefeitura Municipal de Londrina; 6) A Conselheira Ana
46 Cristina encaminha justificativa de ausência, pois nos dias da reunião, estará fazendo uma
47 palestra de capacitação na instituição onde trabalha; 7) A conselheira Miriam Brunetta,
48 informa que está de férias e portanto, não poderá comparecer nessa reunião do CEAS; 8) O
49 conselheiro Ronan informa que, devido a compromissos agendados anteriormente, não
50 poderá estar presente nessa reunião do CEAS; 9) No dia 1º de fevereiro, a Conselheira Elenir
51 encaminhou justificativa de ausência, por conta de compromissos de trabalho. Buscando criar
52 um entendimento, a Conselheira Vice-Presidente Ana Maria alertou os Conselheiros sobre os
53 procedimentos a serem adotados, quando das suas ausências. Visando exatamente não
54 provocar esvaziamento no plenário, os Conselheiros Suplentes deverão ser imediatamente
55 convocados para substituir seus titulares. Tal tarefa compete aos Conselheiros faltantes, que
56 também deverão comunicar a Secretaria Executiva, para o devido agendamento de passagens e
57 hospedagem. Na sequência, a Conselheira Vice-Presidente apresentou ao plenário a nova
58 Coordenadora de Proteção Social Especial da SEDS, a psicóloga Mara Cristina Ferreira.
59 **Relatório das Comissões. Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo.** O
60 Conselheiro Pedro Hoffmann informou ter conhecido um empresário, durante a sua viagem para
61 Curitiba. Em conversa, a pessoa disse estar disposta a construir uma casa destinada a hospedar
62 pessoas do interior que realizam tratamento de saúde na Capital. Sem almejar nada em troca, o
63 possível colaborador esclareceu que já auxilia diversas entidades e acabou deixando seu cartão,
64 para futuro contato da SEDS. Na sequência, a Conselheira Maria Cecília Fantin expôs acerca do
65 relatório elaborado pela Comissão, enfatizando ser necessário ter claro o estudo dos critérios e
66 indicadores para se ter o repasse Fundo a Fundo. Foi esclarecido pela Conselheira Ana Maria
67 que, dentro do fluxo de atividades da SEDS, os ofícios dirigidos à Secretária de Estado
68 Fernanda Richa procedentes de entidades, são analisados pelas Coordenadorias devidas,
69 embasando as respostas que a própria Secretária irá elaborar. Concluiu-se que os CMAS
70 também deverão receber informações, que deverão ser multiplicadas através dos Escritórios
71 Regionais, estendendo para as entidades. Foi aberta a discussão sobre a análise da minuta da
72 Resolução conjunta SEDS/CEAS, que dispõe sobre a criação da Comissão Intersetorial para
73 subsidiar as ações de reordenamento dos serviços de proteção social especial de alta

12



13
14
15
16
17



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



73 complexidade do Estado do Paraná. Entre outras informações, a nova Coordenadora da
74 Proteção Social Especial, Mara Ferreira, externou que os serviços estaduais de acolhimento
75 estão centrados na região de Curitiba e existe a possibilidade de se realizar um trabalho
76 integrado. Ressaltou a Conselheira Vice-Presidente Ana Maria, que o resultado dos trabalhos
77 dessa Comissão Intersetorial atenderá todo o Estado e não só Curitiba. Nesse momento, é
78 necessário que se tomem caminhos indicativos, com a participação de elementos diretamente
79 ligados ao tema, a exemplo da FAS que detém expressiva experiência na área. Foi esclarecido
80 pela Coordenadora Mara que essa Comissão a ser constituída não irá deliberar, sua
81 incumbência será apenas colher as propostas e o CEAS/PR garantirá a decisão final para o
82 reordenamento dos serviços. Em apreciação a minuta de Resolução: APROVADA.
83 Complementando, a Conselheira Ana Maria reforçou que após a publicação da referida
84 Resolução, os órgãos serão convidados a indicarem os seus representantes e a 1ª reunião do
85 grupo ocorrerá, tão logo a Comissão Intersetorial esteja devidamente composta. A relatora e
86 Conselheira Maria Cecília continuou a explanação IGD-SUAS. APROVADO o relatório da
87 Comissão. **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.** Proposta de
88 encaminhamento da Comissão: encaminhar ofício ao MDS, com cópia dirigida ao CNAS,
89 abordando o percentual de abstenção nos Censos. - Expedir ofício ao MDS e CNAS, relatando
90 as inúmeras dificuldades encontradas pelos municípios para contatar esses organismos
91 (telefones e e-mails questionados por vários dias). - Identificar nessas correspondências, quais
92 foram os Municípios prejudicados pelo não funcionamento completo do sistema e o atraso das
93 informações. Na continuidade, a Conselheira Terezinha questionou o fato de ter sido solicitado
94 um Plano de Ação em dezembro/2011, já ao final do ano, fato considerado inteiramente
95 descabido. Mesmo assim, o seu Município cumpriu a determinação. Por outro lado, informou ter
96 participado de capacitação em Paranavaí, parabenizando a qualidade do seu conteúdo e
97 elogiando a presença dos contadores. A técnica Larissa sugeriu que os Escritórios Regionais
98 solicitem aos Municípios da sua jurisdição, para que se manifestem, mostrando as dificuldades
99 encontradas e que culminaram com o não preenchimento do CENSO/2011. O relatório da
100 Comissão foi APROVADO pela plenária. **Comissão de Documentação e Rede**
101 **Socioassistencial.** A Conselheira Edenilce procedeu a leitura do relatório da Comissão e o
102 mesmo foi considerado APROVADO pela plenária. **Cadastro de Entidades na SEDS.**
103 Atendendo a solicitação formulada, o Conselho deveria receber informações sistemáticas no que
104 se refere ao cadastro de entidades na SEDS. Esclarecendo, a técnica Larissa informou que não
105 se trata de cadastro referente a entidades assistenciais, trata-se de uma herança histórica já que
106 foi vinculado à Secretaria de Assistência Social, pois historicamente foi colocado nessa Pasta,
107 quando outras entidades que não faziam assistência, ainda eram inscritas nesse cadastro,
108 concedido por vários motivos. Atualmente, o que resta é uma isenção, um desconto (50%), na

18



19
20
21
22
23



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



108 tarifa de água, luz e taxa dos Bombeiros. Realizando um estudo, fruto da observação de alguns
109 anos passados, percebeu-se que a grande maioria das entidades beneficiadas, não são de
110 assistência social. É mister esclarecer que, para fazer parte desse cadastro, é necessário estar
111 inscrita no Conselho, bem como ter comprovação de utilidade pública ou CEBAS. A SEDS
112 enquanto Secretaria responsável pela Política, realizou um estudo aprofundado para entender a
113 continuidade desse cadastro, ficando convencidos de que não há motivos para essa
114 permanência, já que hoje não detém nenhum vínculo com a Assistência Social. Tanto a COPEL
115 quanto a Sanepar, fazem solicitações paralelas, assim já se planejou agenda com ambas, bem
116 como com a Casa Civil, para que o cadastro possa ser preenchido diretamente, excluindo assim
117 definitivamente a SEDS desse processo. A relevância do cadastro é de utilidade pública, assim
118 espera-se que a COPEL e a Sanepar assumam a tarefa, uma vez que as entidades não poderão
119 deixar de receber essa isenção paritária. Nesse meio tempo, o Conselheiro Patrick esclareceu
120 ser necessário ter uma decisão pelo menos até o mês de março/2012. Em Curitiba, hoje os
121 Bombeiros exigem CEBAS. Houve manifestação da Conselheira Maria Cecília garantindo não
122 ser possível suspender de imediato, uma coisa que é considerada benefício para as instituições.
123 Voltou a técnica Larissa esclarecendo que não é de uma hora para outra que se passa essa
124 incumbência. Desde fevereiro/2011, estuda-se um meio e a proposta é uma nova Lei de utilidade
125 pública. Sabe-se que há anos tem-se essa isenção das tarifas. O processo é de transição e
126 precisa ocorrer com naturalidade, pois a intenção é justamente não prejudicar nenhuma
127 entidade. Participação do Engenheiro Carlos Tourinho (SEDS). O profissional foi convidado para
128 prestar alguns esclarecimentos ao plenário, no que se refere aos custos do m² das obras
129 (CRAS). Agradecendo a presença do engenheiro, a técnica Letícia Reis esclareceu que na
130 última assembleia apresentou-se um orçamento referente às citadas construções, que deveriam
131 ser esclarecidos mediante explanação técnica. Houve um aparte do Conselheiro Patrick,
132 informando que em data de hoje o valor da construção de um CRAS gira em torno de R\$
133 430.000,00. Já na última Assembleia Ordinária de 2011 falou-se num valor inferior. O engenheiro
134 Carlos Tourinho esclareceu que somente quando os projetos estiverem concluídos, será
135 possível definir o tipo de fundação e o material a serem utilizados. Disse ainda que o projeto do
136 Governo Federal não disponibiliza o espaço adequado para o atendimento. Com 180 m² é
137 possível colocar tudo o que falta. Segundo a Assessora Técnica da SEDS, Ana Maria, a
138 verdadeira intenção é construir com rapidez e lisura. Sabe-se que o Tribunal de Contas realiza o
139 devido acompanhamento e enfrenta-se a instabilidade da inflação. Completou a Conselheira
140 Carolina (PGE), pontuando que o verdadeiro papel do Conselho é verificar os municípios que
141 necessitam ter CRAS, não cabendo ao CEAS detalhes de engenharia, mesmo porque existem
142 profissionais competentes para o desempenho dessa função. Algumas opiniões surgiram com
143 referência a troca de materiais, sem perda de qualidade. Finalizou a Conselheira Marli Mussolini

24



25
26
27
28
29



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



143 (SETS), apontando que o cidadão que está no município aguarda o devido atendimento. Afirmou
144 ser contrária ao barateamento de custos das construções e sim pela efetiva qualidade das
145 unidades. Quanto aos valores, deixa-se para os profissionais da área. Complementando o
146 assunto, a técnica Leticia Reis comentou que na última assembleia apresentou-se um
147 orçamento para a construção de CRAS, em torno de 430 a 450 mil reais a unidade. Ocorreram
148 questionamentos e foi definido o comparecimento de engenheiro da SEDS, com a incumbência
149 de fornecer esclarecimentos técnicos sobre o assunto. A Deliberação nº015/2011 traz os
150 critérios para construção dos 17 CRAS, listados por ordem de prioridade. A contrapartida dos
151 municípios foi estabelecida em 20% do valor da obra, com o acatamento da Câmara. Tendo em
152 vista que os 17 municípios priorizados entrarão na nova planta, outras obrigações por parte
153 do Gestor Municipal deverão ser levadas em conta: apresentação de terreno em torno de 500m²,
154 adequação de mobiliário, promoção de concurso visando a contratação da equipe. Uma vez que
155 os Conselheiros foram considerados suficientemente esclarecidos, o percentual foi APROVADO,
156 bem como as demais contrapartidas. Considerando os aspectos mencionados, a Conselheira
157 Cristina Zehr externou que a contrapartida deverá ser estipulada em Lei. Por outro lado, avaliou
158 que o percentual de 20% para os municípios de pequeno porte é considerado alto. Segundo a
159 técnica Leticia Reis, estudos anteriores já comprovaram a necessidade de construir os CRAS
160 para os municípios com baixo IDH, atendendo também comunidades tradicionais. O processo
161 precisa ser acelerado, uma vez que os R\$ 3.000.000,00 hoje existentes são suficientes para
162 apenas 7 CRAS. É premente a necessidade de mobilizar os Gestores Estaduais,
163 conscientizando-os que serão responsáveis pela manutenção das unidades. Garantiu defender a
164 referida contrapartida, objetivando um maior número de construções em menor tempo. A
165 integração do grupo de Conselheiros no que se refere a esse assunto gerou novas opiniões. O
166 Conselheiro Pedro sugeriu que as Prefeituras poderiam entrar com serviços de jardinagem e
167 abater 20% da contrapartida. Interpretou a Conselheira Carolina (PGE) que a Lei eleitoral
168 impede o repasse de recursos. Os municípios precisam ter previsões orçamentárias e muitos já
169 se comprometeram em contribuir com 30%. Aqueles que estão zerados financeiramente, não
170 significa que não serão atendidos. Foi dito pelo Conselheiro Patrick que os Municípios poderiam
171 contribuir com 5% e ficarem responsáveis por serviços externos (muros e paisagismo) muito
172 mais baratos através da contratação de serviços locais. **Propostas apresentadas ao plenário**
173 **para votação: 1º – Contrapartida de 5% do valor da obras mais serviços externos**
174 **(Conselheiro Patrick) = 3 votos; 2º – Contrapartida de 20% do valor da obra mais**
175 **obrigações (terreno, manutenção e concurso para contratação de equipe) = 11 votos.**
176 **Tiveram 02 (duas) abstenções. Foi APROVADA a proposta 2.** dando sequência ao relatório
177 da Comissão, foi APROVADO o Plano de Ação Intersectorial do Programa Bolsa Família, já
178 discutido na assembleia anterior e tendo contempladas as sugestões anteriormente

30

31
32
33
34
35



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**



178 apresentadas. Segundo o Coordenador de Renda e Cidadania, Nircélio Zabet, a apreciação da
179 aplicação dos recursos transferidos através do Índice de Gestão Descentralizada do Cadastro
180 Único e Programa Bolsa Família, IGDE, em 2011, pautada para essa Assembleia, será
181 transferida para a próxima sessão em razão da prestação de contas estar sendo processada
182 pelo Setor Financeiro da SEDS. Tendo em vista que a próxima plenária só ocorrerá em março,
183 foi sugerido pela Conselheira Ana Maria que, no período da tarde, a questão fosse apresentada
184 ao plenário. Houve concordância da técnica Marcela (Setor Financeiro) e a questão será
185 discutida como último item da pauta. • Apresentação da minuta de Deliberação referente aos
186 critérios elencados para a seleção dos municípios contemplados no Programa Estadual Família
187 Paranaense – fase 1, a ser implantada a partir de 2012 (12 Municípios) e mais 18 municípios no
188 segundo semestre. Segundo a técnica Paula, está sendo promovido o devido contato com o
189 Conselho, para que todas as diretrizes do Família Paranaense estejam apoiadas por este
190 Colegiado e legitimadas através de uma deliberação. A proposta desse documento foi
191 disponibilizada ao plenário e após as devidas adequações, foi considerada APROVADA. Foi
192 enfatizado que todos os critérios de seleção dos municípios estipulados foram analisados por
193 todas as Coordenações, contando com a colaboração do IPARDES. Os municípios ainda não
194 foram contatados e em breve receberão as orientações necessárias para a esperada
195 mobilização. Cabe destacar que os municípios que não possuem CRAS, não poderão estar
196 inclusos no Família Paranaense; assim, essa implantação deverá ser priorizada. APROVADO o
197 relatório da Comissão. **Eleição dos Conselheiros Suplentes – Mandato 2012/2014 – Helena**
198 **Navarro Gimenez (Secretaria Executiva)**. A Secretária Executiva dos Conselhos explicou que
199 a Assembleia de dezembro/2011, aprovou o modelo de edital de convocação da nova eleição de
200 04 (quatro) suplentes, das regiões de União da Vitória, Paranavaí, Campo Mourão e
201 Guarapuava. O documento foi encaminhado aos Escritórios Regionais, com a sugestão que os
202 Conselheiros Estaduais com origem nessas regiões acompanhassem o processo de eleição.
203 Constatou-se somente o retorno das regiões de União da Vitória e Paranavaí, cujo andamento
204 do pleito está sendo supervisionado. Considerando o que foi relatado, a Conselheira Vice-
205 Presidente Ana Maria, avaliou que tais situações precisam ser corrigidas urgentemente:
206 exemplificou a questão da Conselheira Mara Baran (Regional de Foz do Iguaçu), cujas faltas tem
207 se somado, apesar de justificadas, e que até a presente data não possui suplência. O fato
208 repete-se com a Conselheira Teresinha Wolff (Regional de Paranavaí). Nesse momento, a
209 Conselheira Maria Cecília, levantou algumas questões referentes às nomenclaturas utilizadas
210 (usuários, trabalhadores do setor, entidades de assistência social) e suas distorções de
211 interpretação. Segundo a Secretária Executiva Helena, qualquer alteração no processo eletivo
212 só poderá ocorrer no próximo pleito. A informação foi complementada pela Vice-Presidente Ana
213 Maria: A Comissão que revê a Lei e o Regulamento é que deverá proceder essa análise,

36

37
38
39
40
41



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**



213 trabalhando para que a partir daí esse processo permaneça com instrumentos adequados. A
214 Conselheira Christina Zehr, informou que os próximos Conselheiros serão representantes dos
215 usuários. Disse pretender trazer pessoas para tomarem conhecimento do Conselho, com
216 despesas pagas pelo município. **Substituição dos atuais Conselheiros ausentes,**
217 **representantes da Sociedade Civil.** A Secretária Executiva Helena informou que no final do
218 ano passado, houve uma dificuldade de interpretação do Regimento Interno e após contato com
219 a Presidente Cássia e Vice Ana Maria, definiu-se por fazer uma consulta à Assessoria Jurídica
220 da SEDS. Houve esse retorno do parecer e as cópias estão sendo repassadas aos
221 Conselheiros. Segundo a opinião do Procurador Dr. Joel Samways Neto, caso o Conselheiro
222 falte 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, deverá ser substituído por outro
223 representante da mesma entidade. Se esse Conselheiro também vier a faltar, então sim a
224 entidade será comunicada e ao mesmo tempo verifica-se a próxima entidade na lista de
225 suplentes com mais votos obtidos na Conferência Regional de Assistência Social. Diante disso,
226 para a questão referente ao Padre Antônio (Regional de Jacarezinho) foi tomada a seguinte
227 medida: encaminhamento de ofício à entidade que representa e e-mail para o referido
228 Conselheiro. Houve confirmação do recebimento e aguarda-se a nova indicação. O Conselheiro
229 Patrick acrescentou que um item necessário a esse candidato, seria a participação na
230 Conferência Estadual. Houve o aparte da Conselheira Ana Maria, clareando que a vaga pertence
231 à entidade ou à Secretaria de Estado e não à pessoa física. Convidada a se Manifestar, a
232 Conselheira Carolina, externou não desejar questionar o parecer jurídico, considerando apenas
233 que se o Conselheiro faltar, a entidade representada por ele perderá o assento. Pretende
234 analisar melhor o Regimento pois avalia que existem situações diferenciadas: uma é a análise
235 que se faz em relação à entidade, e a outra em relação ao Conselheiro. Já o Conselheiro Pedro
236 citou que o erro maior foi não verificar já no início, se todos os Conselheiros Titulares contavam
237 com Suplentes. A Conselheira Christina Zehr disse entender que são as entidades de
238 assistência social que deverão se recompor e isso está definido no Regimento Interno – Capítulo
239 III. Na busca de um acerto, a técnica Larissa Tissot opinou sobre as faltas justificadas. Na
240 verdade, de nada adianta justificar o ano todo. O Regimento deve ter parâmetros para esse tipo
241 de situação. Resolveu deixar uma sugestão para a Comissão: quando o regimento for
242 reconstruído, verificar essas hipóteses com novas regras. Assim, a casa estaria sendo
243 preparada para a nova gestão. **Comissão Temporária para Revisão da Lei.** Segundo a
244 Conselheira Carolina, houve uma mudança na metodologia de trabalho, sendo realizada uma
245 análise da Lei de Minas Gerais. Dentro de proposta, planeja-se redigir a nova Lei baseada em 4
246 ou 5 capítulos. As demais Leis já analisadas, trazem no primeiro capítulo os princípios, as
247 diretrizes e tentou-se verificar se estaria em conformidade com a Lei Estadual de Minas e ver o
248 que se poderia agregar. Dessa forma, a Comissão elaborou em data de ontem apenas um

42



43
44
45
46
47



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**



248 capítulo, composto de 06 artigos. O documento foi lido para apreciação e considerado
249 APROVADO. • Composição do grupo indicado para estudar a legislação do repasse Fundo a
250 Fundo, com base nas Leis dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Alagoas.
251 Sendo: SEDS – Marcela Evangelista e Letícia Reis, Assessoria Jurídica e Convênios;
252 Conselheiros Governamentais: Carolina (PGE) e Rosângela (SEPL); Conselheiros da Sociedade
253 Civil: Patrick e Ana Duda. As reuniões serão agendadas nas quintas-feiras pela manhã,
254 anteriores às reuniões das Comissões. **Relatório da Comissão Organizadora da 1ª**
255 **CONSOCIAL**. A Conselheira Lucimeri representante da COHAPAR encontrava-se ausente para
256 apresentar o relatório. **Resultado da 2ª Vigência do acompanhamento familiar do PBI na**
257 **Saúde (Renda e Cidadania)**. O Coordenador Nircélio Zabet agradeceu os Conselheiros pela
258 mobilização dos Gestores da Saúde e os resultados revelaram que o alcance das metas
259 municipais foram além das expectativas, colocando o Paraná em 4º lugar. Índice Estadual
260 previsto: 73%. Índice alcançado: 81,55%. apenas 59 municípios não atingiram a meta do Pacto
261 pela Vida, SISACTO (73%). Continuando, o Conselheiro Nircélio comunicou que, a partir de um
262 decreto governamental, será estabelecida mediante a oferta da acessibilidade às pessoas com
263 deficiência em todos os órgãos públicos. A Secretaria de Estado da Justiça está providenciando
264 o levantamento e tais informações serão repassadas aos Escritórios Regionais e CENSES. Em
265 cada órgão público, foram designadas 02 (duas) pessoas para proceder o acompanhamento. A
266 Secretária Executiva Helena comunicou ter enviado por e-mail o relatório da Conferência
267 Estadual ainda não concluído. Aguarda ainda as demais contribuições, para posterior inserção
268 no endereço eletrônico do CEAS/PR.. **Pró-Jovem e Adolescente (PSB – Técnica Rosana)**. Foi
269 informado que em dezembro abriu-se o sistema para fazer o referenciamento de 168 Municípios
270 do Paraná para 2012, aqueles que concluíram seus coletivos. Mudou-se o formato, pois
271 anteriormente funcionava por 2 anos e agora somente por 1 ano. O MDS expediu um informe
272 técnico: os municípios deverão iniciar as ações até março pois a conclusão deverá ocorrer em
273 dezembro. - Coletivos ofertados no referenciamento: 579, com 44 rejeitados dos quais 27
274 municípios poderão preencher novamente, já que se tratou de erro do sistema. Os Escritórios
275 Regionais já foram informados. **BPC na Escola (PSB) – Técnica Rosana**. Informou-se que
276 desde setembro de 2011, encontra-se aberto o sistema BPC na escola, objetivando propiciar
277 condições para os Municípios efetuarem a sua adesão ou renovação. Em 2008, 153 municípios
278 aderiram a esse programa, uma ação de monitoramento do acesso e permanência na escola,
279 identificando as principais barreiras encontradas pelos beneficiários do BPC. Empenhados em
280 realizar estudos para a superação dessas barreiras, os técnicos orientaram os Escritórios
281 Regionais quanto ao acesso e os links. As equipes dos CRAS farão avaliações através de
282 questionários, bem como prestarão auxílio na formação de Comitês Gestores locais. **Família**
283 **Paranaense (PSB) – Coordenadora Letícia Reis**. Foi relatado que a ideia é ter esse programa

48

49
50
51
52
53



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



283 numa pauta fixa. Doze representações das várias Secretarias compõem essa unidade gestora,
284 com reuniões semanais, discutindo quais os produtos que o Estado e Municípios ofertarão para
285 as famílias. O IPARDES já desenvolveu o índice de vulnerabilidade dessas famílias no Paraná, a
286 partir de 05 (cinco) indicadores centrais. Hoje já se elabora um sistema de monitoramento:
287 muitas crianças e pessoas com deficiência compõem famílias somente com menores de 18
288 anos. Nessa data, uma equipe da SEDS e Escritório Regional, estão testando o índice em
289 Piraquara, verificando 'in lócum' se corresponde à realidade. Foi relatado que o Programa
290 Família Paranaense convidará 12 municípios, com seus respectivos Prefeitos, para virem discutir
291 os benefícios e trabalhar com eles um protocolo de intenções. Um leque de instrumentos irá
292 priorizar ações ligadas à Saúde, Assistência Social, habitação, Educação, entre outros. O
293 Programa atuará com os Comitês Intersetoriais e está sendo programada uma capacitação para
294 o início de março direcionada para as equipes regionais, depois os gestores, etc. A técnica
295 Letícia relatou ainda ter ido a Brasília em janeiro, com a incumbência de apresentar esse projeto
296 a um grupo composto por técnicos dos vários Ministérios que avaliam os projetos apresentados
297 ao BID (pleiteia-se 100 milhões de dólares para a execução desse programa em 5 anos). O
298 resultado dessa reunião em Brasília foi promissor e existe um flagrante otimismo em fechar esse
299 contrato com o BID até meados de 2012. **Mudança de Endereço da SEDS.** A assessora técnica
300 Ana Maria Macedo, explanou que a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social –
301 SEDS, em breve estará sediada no Palácio das Araucárias, no Centro Cívico. Alguns setores já
302 lá estão e até o próximo mês a mudança estará concluída. Os novos telefones serão repassados
303 posteriormente aos Conselheiros, pela Secretaria Executiva. **Informações.** 1) -Técnica Marcela
304 Evangelista. Foi historiado pela técnica da área financeira, que nos idos de 2009 recebeu-se do
305 MDS recursos da ordem de R\$ 250.000,00 com contrapartida de R\$ 63.500,00, destinados à
306 implantação de mini-usinas comunitárias de óleo vegetal. A verba deveria ser repassada a uma
307 determinada entidade que estaria encarregada dessa ação. Na antiga SETP não houve
308 continuidade da execução, o que também não aconteceu com a transferência das incumbências
309 para a SEDS. Encerrado o prazo, devolveu-se o recurso não executado devidamente corrigido,
310 acompanhado de relatório explicativo. Nessa oportunidade, a técnica do setor financeiro solicitou
311 do Conselho um referendo, legitimando a utilização de parte desse recurso, bem como a
312 devolução do restante mediante relatório. A técnica da SEDS, Carmen Zadra, julgou necessário
313 proceder um relato pormenorizado, com o objetivo de facilitar o entendimento dos Conselheiros.
314 Ressaltou que esses recursos eram destinados a famílias do PETI, objetivando iniciar uma
315 mudança da cultura do fumo na região central. A execução direta dessa ação ficou sob
316 responsabilidade do Pastor Fuchs, que detinha o real conhecimento dos trâmites. Considerando
317 as questões, a técnica Carmen ressaltou que a realidade do início do programa para a realidade
318 atual, veio a demonstrar momentos e interesses diversos. As ações sofreram limitações pela

54



55
56
57
58
59



**Secretaria de Estado da Família
e Desenvolvimento Social - SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**



318 especificidade do projeto, cujos recursos demoraram 4 anos para chegar. Assim, o Governo
319 Federal também teve a sua parcela de culpa. Pedindo a palavra o Conselheiro Patrick informou
320 ter sido convidado pelo Pastor Fuchs a participar de uma reunião sobre esse assunto. Avaliou
321 que no interior levantou-se muita expectativa e é lamentável a citada interrupção do projeto.
322 Enfatizou que a contrapartida do Estado, nesse caso, também deverá ser devolvida. A Vice-
323 Presidente Ana Maria também constatou que a entidade tem grande responsabilidade pela não
324 execução do projeto. Pedindo a palavra a Conselheira Teresinha Wolff questionou a devolução
325 do recurso, sem consulta prévia do Conselho. Já a Conselheira Edenilce resolveu clarear quais
326 as regiões que seriam beneficiadas: Pitanga, Diamante do Oeste, Reserva, Lapa, Irati, Cascavel,
327 São Mateus do Sul e União da Vitória. Salientou a Conselheira Carolina que existe um objeto
328 bem específico: não se pode ficar responsável por recursos não utilizados. Revelou a
329 Conselheira Ana Maria que após a mudança da SETP, discutiu-se se haveria condições para
330 essa execução; a entidade estava com os equipamentos e informou que não daria continuidade.
331 A questão foi para a Assessoria Jurídica da SEDS e o parecer foi pela devolução dos recursos.
332 Foi esclarecido ainda pelo Conselheiro Patrick que esse valor estava na planilha apresentada no
333 início do ano passado. Discordou da afirmação de que a entidade não queria executar o projeto;
334 sendo assim, informou estar se ausentando da votação. A técnica Carmen Zadra complementou
335 afirmando que por diversas vezes fez contato com o Pastor Fuch solicitando relatórios, os quais
336 nunca foram enviados. O convênio estaria vencendo em novembro e como a Secretaria estava
337 mudando, o prazo foi exíguo para reativar o projeto e mobilizar as famílias num prazo de 6
338 meses. Em votação a devolução dos recursos não utilizados, mediante relatório no valor de R\$
339 342.015,70 CONVÊNIO 1110/2005/MDS, referente Processo nº 71000.013746/2005-44 –
340 Projeto Mini-Usinas Comunitárias de Óleo Vegetal, de acordo com o saldo da conta poupança nº
341 9326-2-FEAS: **APROVADO** com 5 abstenções. 2-) Conselheira Maria Cecília. Relato realizado
342 com CMAS de Honório Cerpa, próximo a Mangueirinha. Necessitam de capacitação sobre
343 controle social. 3-) O FONACEAS encaminhou o calendário das reuniões realizadas a cada 3
344 meses. 4-) A Conselheira Rosalina Bérغامo, representante do escritório regional de Maringá,
345 revelou a angústia das assistentes sociais a respeito da inserção do BPC no CAD-Único. O
346 Coordenador Nircélio Zobot encaminhará uma nota técnica para os Escritórios Regionais,
347 abordando a questão. **Encerramento**. A Vice-Presidente agradeceu a presença dos
348 Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi
349 digitada por Willian Binhara, e lavrada por Regina Amasiles Rodrigues Costa. Depois de lida e
350 aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos Conselheiros presentes nessa reunião.

60

